



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA
JUIZ SECRETÁRIO

ASSUNTO: **Pagamento das remunerações e ajudas de custo aos magistrados judiciais de 1.ª Instância.**

DATA: 25-11-2016

CIRCULAR n.º 3/2016

Exmo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito:

1. A partir de Janeiro de 2017 o Conselho Superior da Magistratura vai assumir a atribuição que lhe foi conferida pelo art.º 3.º da Lei n.º 36/2007, de 14 de agosto (Lei de Organização e Funcionamento do Conselho Superior da Magistratura), ou seja, o pagamento das remunerações e outros abonos fixos e variáveis dos magistrados judiciais de 1.ª Instância, bem como o pagamento do subsídio de compensação a todos os magistrados judiciais no activo e jubilados, assumindo assim uma competência que até aqui era desenvolvida pela Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ).
2. Os Tribunais da Relação continuarão a assumir a actividade que têm vindo a exercer no âmbito do processamento remuneratório, aglutinando a informação relevante para este fim no que concerne aos magistrados judiciais de 1.ª instância colocados na área da sua jurisdição, actividade esta que se consubstancia na recolha da assiduidade comunicada pelas comarcas, justificação de faltas, reconhecimento de licenças parentais, verificação dos mapas relativos a turnos de fins-de-semana, verificação de boletins itinerários e de ajudas de custo – os quais devem continuar a ser previamente enviados pelos Senhores Magistrados para o respectivo Tribunal da Relação –, entre outras.
3. Por forma a assegurar uma transição o mais regular possível entre a actividade exercida pela Direcção-Geral da Administração da Justiça e o Conselho Superior da Magistratura no final do ano, solicitamos a todos os magistrados judiciais que sejam detentores de boletins itinerários e de ajudas de custo pendentes de pagamento, bem como quaisquer outras despesas da responsabilidade do serviço, que os façam chegar o mais rapidamente possível ao respectivo Tribunal da Relação, para conferência e pagamento ainda no decurso deste ano de 2016, por forma a evitar-se a transição para o ano de 2017 de despesas respeitantes a 2016 e para as quais não existe orçamento.



4. Solicita-se ainda aos Senhores Magistrados Judiciais que, para o futuro, façam chegar os boletins itinerários e de ajudas de custo aos respectivos Tribunais da Relação, logo após o término do mês a que se referem e até ao final do mês seguinte a que digam respeito, por forma a poderem ser prontamente processados e pagos e não dando origem a situações de desfasamentos significativos e de difícil justificação.
5. Mais se informa que quaisquer pedidos relacionados com necessidades de viagens e alojamento dos Senhores Magistrados, com incidência a partir de 1 de janeiro de 2017 devem ser reencaminhados atempadamente para o Conselho Superior da Magistratura dirigidos ao Senhor Juiz Secretário para autorização e posterior tramitação, devendo para o efeito ser utilizado o *e-mail*: csm@csm.org.pt.
6. Aproveitamos ainda a oportunidade para informar os Senhores Magistrados Judiciais que a partir do próximo ano o recibo de vencimento poderá ser consultado na aplicação informática IUDEX, descontinuando-se assim o portal utilizado até agora para essa consulta, ficando este ainda activo para aceder aos recibos antigos e à declaração anual de rendimentos do ano de 2016, a ser emitida pela Direcção-Geral da Administração da Justiça.

Lisboa, 25 de novembro de 2016.



Carlos Castelo Branco
Juiz Secretário do CSM

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

✉ Rua Mouzinho da Silveira, n.º 10, 1269-273 Lisboa
☎ +351 21 32 200 20
✉ juiz.secretario@csm.org.pt | 🌐 www.csm.org.pt